

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.244 - PR  
(2019/0185906-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : FABIO GOMES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : ARNALDO FAIVRO BUSATO FILHO - PR011171**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SUPOSTO EQUÍVOCO NA CONSIDERAÇÃO DO *DIES A QUO* DO PRAZO RECURSAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OFICIAL QUE COMPROVE A DATA DA EFETIVA INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O documento que instrui a presente insurgência – "print" da tela do navegador do Tribunal estadual no qual constam expedientes da Revisão Criminal n. 5001912-33.2017.8.16.0000 – não pode ser considerado idôneo a comprovar a tempestividade do recurso especial, sobretudo porque não indica a decisão ou acórdão a que se refere a intimação que nele consta.
2. A parte não se desonerou de seu ônus de comprovar a tempestividade recursal por meio de documento oficial, como uma certidão emitida pelo órgão responsável pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na qual constasse a data da efetiva intimação da defesa acerca do teor do aresto recorrido.
3. Agravo regimental não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**